

## TODAS E TODOS AO ATO-VIGÍLIA, 6ª FEIRA (21/8), 11H, EM FRENTE À REITORIA, DURANTE A NOVA RODADA DE NEGOCIAÇÃO COM A COPERT!

### REITORIA ADMITE: NÃO QUER CUMPRIR O ACORDO DE GREVE, MAS QUER AVALIAR E COBRAR MAIS DOS TRABALHADORES!

A Reitoria da USP anunciou no dia 14 de agosto o segundo ciclo de avaliação de desempenho das trabalhadoras e dos trabalhadores técnico-administrativos. Para quem não se lembra o primeiro ciclo foi desastroso, para dizer o mínimo. Avaliações onde chefias criticavam o funcionário por ficar doente, ou que se declaravam inaptas para avaliar e, por isso, reprovavam o avaliado, ou simplesmente que sequer tiveram o famigerado PDI feito. Agora, novamente medida vem acompanhada de um discurso sobre valorização profissional, aperfeiçoamento institucional e qualidade dos serviços. Mas a mesma administração que exige de forma implacável dos funcionários (e apenas dos funcionários) metas, produtividade e maior responsabilidade se recusa a assumir sua própria responsabilidade coletiva: **cumprir o acordo assinado que encerrou a greve por isonomia.**

Na nota divulgada em 17 de agosto, sobre o abono dos dias de recesso e das pontes, a Reitoria deixa claro que não se trata de qualquer impedimento legal. **Trata-se de uma decisão política de não honrar o compromisso firmado com a categoria.**

#### A mentira dos tais “óbices jurídicos”

Desde o começo das negociações, a Reitoria buscou justificar sua recusa com a alegação de que haveria obstáculos jurídicos para abonar os dias de recesso e as pontes.

Como pode ser visto na reunião do Conselho Universitário do dia 30/07, o chefe de Gabinete Edmilson Dias de Freitas tenta criar a ideia de que haveria empecilhos jurídicos para a concessão do abono das pontes:

*“O que eu tô dizendo é: estamos avaliando possibilidades dentro da legislação, tá? Como eu falei, são regimes diferentes e eu não tô aqui argumentando se é justo ou se é injusto, nada disso. O que eu tô dizendo é: o compromisso firmado com a Reitoria foi de estudar e avaliar, dentro da possibilidade legal, o que poderia ser feito, tá?”(SIC)*

O [Parecer da Procuradoria Geral](#) que publicamos [AQUI](#) desmonta essa versão!

A PG reconhece que a legislação estadual permite o abono, desde que haja ato administrativo que o regulamente. Afirma também que existem decisões judiciais que asseguraram o direito de servidores em situações semelhantes, como os servidores do Judiciário, por exemplo, além dos funcionários da Unicamp e Unesp.

Ou seja: a Reitoria sempre teve instrumentos para cumprir o acordo. Faltou, e continua faltando, disposição política.

Depois de prolongar a situação, impor insegurança às unidades e deixar milhares de trabalhadores sem resposta, a Reitoria tenta apresentar sua negativa como uma questão inevitável, como se tivesse as mãos atadas. Não tem. Ela escolhe não resolver

Tratar a categoria dessa forma é achar que não somos capazes de ler as declarações, comparar seus argumentos e recordar o que foi debatido nas mesas de negociação. Não aceitaremos que a Reitoria mude sua narrativa conforme sua conveniência e ainda tente fazer os trabalhadores pagarem o preço dessa escolha.

O abono dos dias de recesso e das pontes não foi uma concessão informal nem um pedido individual. Foi uma reivindicação debatida e um ponto do acordo de finalização da greve. A categoria encerrou a paralisação a partir de compromissos assumidos pela Reitoria. Recusar-se a cumpri-los significa atacar o direito de greve e desrespeitar a decisão coletiva das trabalhadoras e dos trabalhadores.

É revelador que, ao mesmo tempo em que se esquivava de cumprir o acordo, a Reitoria tenha pressa para iniciar um novo ciclo de avaliação de desempenho. A avaliação é apresentada como ferramenta de desenvolvimento, mas ocorre em uma universidade marcada por redução de pessoal, congelamento ou insuficiência de contratações, sobrecarga, adoecimento e falta de condições adequadas de trabalho.

Nenhuma avaliação individual pode esconder os problemas estruturais produzidos pela política da própria administração. Não é o trabalhador que precisa ser responsabilizado pela fila que cresce, pelo atendimento comprometido, pelos laboratórios e serviços sem pessoal, pelas tarefas acumuladas e pelas metas impossíveis. A USP precisa de reposição de postos, concurso público, carreira valorizada, condições materiais de trabalho e respeito aos acordos coletivos.

Antes de exigir mais relatórios, indicadores e justificativas individuais, a Reitoria precisa ser avaliada pela categoria: pelo descumprimento do acordo, pela precarização e pela tentativa de transformar direitos em favores sujeitos à autorização de chefias.

**Só a mobilização pode fazer a Reitoria recuar e garantir a integralidade do Acordo**

A greve demonstrou que os trabalhadores técnico-administrativos da USP têm força quando se organizam. Foi a mobilização que arrancou negociações e compromissos; será a mobilização que fará a Reitoria cumpri-los integralmente.

É hora de debater em cada local de trabalho e fortalecer uma resposta coletiva contra o descumprimento do acordo. Nenhum direito se garante isoladamente, em conversas individuais com chefias ou aceitando soluções diferentes por unidade.

**Toda(os) ao ato-vigília: 6ªfeira (21/8), às 11h, em frente a reitoria, durante a nova rodada de negociação com a Copert!**

Vamos transformar nossa indignação em organização e luta, para que a Reitoria cumpra o que assinou e respeite quem mantém a USP funcionando.



## **ASSEMBLEIA GERAL**

### **25/08 – 12h30**

- Presencial na sede do Sintusp

- On-line pelo Zoom: Para receber o link por e-mail é preciso se inscrever em:

<https://zoom.us/join/zoom/register/sPsA8KunRAyQGwUnpAKpMQ>



**Pauta: Acordo de Final de Greve e Acordo Coletivo de Trabalho**

## **TODO APOIO À LUTA DAS TRABALHADORAS TERCEIRIZADAS DA ODONTO!!!**

A terceirização na USP tem deixado um rastro de precarização e vulnerabilidade sobre as trabalhadoras e trabalhadores terceirizados na USP. Não bastasse o assédio moral e a sobrecarga de trabalho, além dos baixíssimos salários, atrasos de direitos e até situações de risco de acidentes de trabalho dado os desvios de função ou ausência de proteção adequada, as demissões injustas e arbitrárias deixam mães e pais de família sem seu sustento, desempregados depois de darem anos de suas vidas para manter a USP funcionando.

Na Faculdade de Odontologia da USP a situação chegou ao limite. Como se não bastasse toda a precarização do trabalho, o descumprimento até mesmo do mínimo previsto no contrato da empresa e a transferência autoritária e punitiva de uma companheira que trabalhou por mais de uma década anos na FOUSP, a empresa Interativa DEMITIU ontem um dos limpadores de vidro, com mais de doze anos de trabalho na Faculdade. Isso com a conivência da direção da Faculdade.

Agora, a empresa quer que apenas 1 trabalhador dê conta de limpar sozinho todos os vidros da faculdade e da clínica, portas e janelas dos 9 pavilhões da faculdade! Isso é um absurdo inaceitável!

Além disso, para manter seus lucros, as empresas terceirizadas reduzem o quadro ao limite levando os trabalhadores à exaustão e colocando em risco o funcionamento com qualidade de uma unidade de saúde.

### **A DIREÇÃO DA FOUSP E A REITORIA TAMBÉM SÃO RESPONSÁVEIS!**

A Direção da FOUSP e a Reitoria da USP lavam as mãos diante da exploração enfrentada pelas trabalhadoras. Ao fazerem avançar a terceirização e com isso a maior precariedade das condições de trabalho, permitem que empresas como a Interativa lucre precarizando vidas, rasgando direitos, demitindo e perseguindo quem se posiciona em defesa das trabalhadoras.

### **Por isso, exigimos:**

- A readmissão imediata do trabalhador da limpeza de vidro demitido injustamente. Nenhum trabalhador na rua!
- Além disso, nenhuma punição e perseguição às trabalhadoras terceirizadas e nem sobre aqueles que lutam em defesa dessas trabalhadoras e o fim das transferências arbitrárias e punitivas com o retorno da companheira terceirizada injustamente transferida.

## **Essa luta é também dos trabalhadores efetivos!**

Essa é a verdadeira cara da terceirização: um modelo de superexploração que se repete diariamente em todas as unidades da USP e por todo o Brasil. Para derrotar esses abusos, precisamos unir a força dos terceirizados, dos trabalhadores efetivos e dos estudantes em uma só luta contra a terceirização, com a efetivação de todos os terceirizados sem a necessidade de concurso público!

## **TODO APOIO À LUTA DAS TRABALHADORAS TERCEIRIZADAS DA LIMPEZA!**

**REINTEGRAÇÃO DO BRANDÃO E RETIRADA DOS PROCESSOS!**

Sede Fernando Legaspe (Fernandão) Av. Prof. Almeida Prado, 1362, Cidade Universitária, Butantã, São Paulo-SP, CEP:05508-070  
Tel: (11)3091 4380/4381 – (11)3816-7932 / (11)2648-0589 email: [sintusp@sintusp.org.br](mailto:sintusp@sintusp.org.br) – site: [www.sintusp.org.br](http://www.sintusp.org.br)